



Anais da Assembleia

Nº 099

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 75.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Laureço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (48). Achando-se ausentes, os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Duílio Genari, José Alves, Nelson Garcia e Toti Colaço (05). Achando-se em licença, o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 67/91

Curitiba, 15 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à aprecia-

ção dessa augusta Assembleia Legislativa, na forma das disposições do art. 53, inciso VIII e 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, na forma que especifica, as tabelas de salários dos servidores das autarquias em que, pela Lei nº 9.633, de 16 de julho do corrente ano, foram transformados o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF; o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES; a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR; a Fundação Rádio e Televisão - FRTP; a Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR; a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR; a Fundação Teatro Guaíra - FTG e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa é oportuno e necessário eis que, tendo como objetivo readequar as Tabelas de Salários dos Servidores das Autarquias antes mencionadas, virá aproximar tais tabelas àquelas dos salários praticados pelos órgãos da Administração Direta do Estado.

É importante ressaltar que a proposição deste anteprojeto se prende ao fato da imperiosa necessidade de brevemente ser instruída a Unificação do Regime de Trabalho. Se, por um lado haveria dificuldade em implantar o Regime Único sem estabelecer previamente parâmetros salariais a serem praticados por toda a Administração, por outro as defasagens existentes nessas Autarquias impunham uma urgente revisão dos níveis de salário.

Ademais, vale frisar que a medida ora proposta é decorrente da transformação de tais Entidades em Autarquias, conforme a já citada Lei nº 9.663/91 e, desta forma, toda sua estrutura salarial assim como suas futuras alterações deverão ter tratamento unificado e através de lei. Exatamente por isso estabelece o parágrafo único do artigo primeiro que ficam incorporados os índices que se encontram em discussão neste momento. Prevalece na Administração o entendimento de que os parâmetros de quaisquer aumentos salariais só poderão ser aqueles permitidos pelo orçamento público e nunca baseados em índices de outras origens ou enfoques.

Por outro lado, a Lei nº 9.608, de 27 de maio de 1991, ficará expressamente revogada porque o abono por ela concedido está somado e incorporado aos valores contidos nas respectivas novas tabelas sala-

riais.

Consta, ainda, do texto do projeto de lei em causa, dispositivo expresso no sentido de que as despesas decorrentes da execução da medida sejam atendidas à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas às autarquias abrangidas.

Certo de que a presente proposição merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam reajustados, na forma constante dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, desta Lei, os salários dos servidores das seguintes Autarquias em que, pela Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, foram transformados o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira; Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR; Fundação Rádio e Televisão do Paraná - FRTP; Fundação de Esporte e Turismo - FES-FTTP; Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR; Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR; Fundação Teatro Guaíra - FTG; e IAPAR.

Parágrafo Único - Os reajustes ora concedidos incorporam os índices de correção salarial anteriores que venham a ser eventualmente concedidos ou reconhecidos.

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 9.608, de 27 de maio de 1991, sendo conseqüentemente sustado o pagamento do abono provisório por ela concedido.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 1991, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

(As tabelas referentes a este anteprojeto encontram-se no final do Diário).

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, regime de urgência de votação para o Projeto de Lei nº 338/91, que autoriza a Prefeitura Municipal de Terra Rica a utilizar as dependências do Ginásio Estadual "Ignácio de Loyola".

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de que

a implantação do Curso de Supletivo da Escola Municipal "Professor Raul Menotti", necessita deste espaço.

Sem esta permissão, deixaremos de proporcionar àquela comunidade a possibilidade de resgatar a educação tão necessária para o futuro de qualquer cidadão.

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GILNEY CARNEIRO LEAL, ocorrido no dia 15 de agosto de 1991, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor LADISLAU BUKOWSKI FILHO, ocorrido nesta Capital.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 78 anos faleceu, nesta Capital, o Doutor LADISLAU BUKOWSKI FILHO, deixando viúva, três filhos e netos.

O extinto era Delegado de Polícia aposentado, cargo que exerceu por longos anos, sempre com zelo, dignidade, probidade e sobretudo com absoluta honestidade.

Seu passamento veio abrir lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado que teve a felicidade de gozar, desde a juventude, de sua amizade, sempre repartindo bondade e ensinamentos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Ladislau, mas a lembrança de sua presença, o som de sua voz, seu sorriso contagiante sopram suas vezes na memória, num murmúrio triste de lamento e de saudade.

Ele se foi num adeus eterno, mas também venceu a luta. O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade e gratidão, deixando-nos o exemplo de sua bondade como esposo, pai e avô exemplar, com sua vida consagrada a Deus, aos amigos e a família, cuja vida extinguiu-se aqui na terra para germinar no céu e como lírio florescer eternamente diante de Deus.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bukowski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Jornalista DINO ALMEIDA, pelo recebimento da "ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO" (Grau de Comendador), conferido pelo Superior Tribunal do Trabalho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná goza de um grande prestígio e elevado respeito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todos os segmentos sociais.

Algumas dessas lideranças mercê de seu dinamismo e capacidade, sobressaem-se em múltiplas atividades, comprovando a inegável vocação paranaense.

A "ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO" (Grau de Comendador), conferido pelo Superior Tribunal do Trabalho ao Jornalista DINO ALMEIDA, por sua destacada atuação no colunismo social, tem o aval de toda a sociedade, porque reflete o reconhecimento de todos quanto admiram o trabalho desenvolvido por esse verdadeiro dinamismo da nossa sociedade.

DINO ALMEIDA é o paradigma dos nossos homens da sociedade, que apuram a criatividade e se esforçam para se superar mesmo nos tempos de maior dificuldade, inclusive servindo de exemplo para toda a sociedade.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, representante do povo paranaense, congratula-se com a feliz outorga e associa-se às homenagens como um reconhecimento de incentivo e estímulo, atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência.

REQUERIMENTO N° 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Doutor Fernando Miranda, os votos de sinceras congratulações por sua eleição como Diretor Nacional da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

A condução do ilustre paranaense a cargo de vital importância para os interesses econômicos do Brasil e do Paraná é, sem dúvida, o justo reconhecimento pelos inestimáveis serviços que vem prestando no longo de sua brilhante carreira.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1989

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela realização do V CONGRESSO NACIONAL DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS, nos dias 14, 15, 16 e 17 próximos passados, na Cidade de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Que do teor do presente, seja dada ciência à Confederação Nacional das Misericórdias do Brasil e Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Aberto no dia 15 de agosto próximo passado, DIA INTERNACIONAL DAS MISERICÓRDIAS, o V CONGRESSO NACIONAL DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS, reuniu representantes de 2.000 Santas Casas e Hospitais Filantrópicos e de 14 Federações do País, em torno de discussões de interesse comum.

Tendo como tema central: "Santas Casas e Filantrópicos: Vanguarda Assistencial e da Saúde no Mundo", o Congresso foi realizado com os seguintes objetivos:

- Saúde no Brasil: Ontem, Hoje e Amanhã;
- Comemoração do Dia Internacional das Misericórdias;
- Entrega do Troféu Jaque de Filantropia e Ordem do Mérito das Misericórdias.

dias;

- Congragamento Nacional e Internacional dos Obreiros das Misericórdias e Filantrópicas.

É necessário destacar a presença de participantes de todo o Brasil no Congresso, assim como de inúmeras autoridades nacionais e estaduais, e da participação de renomados profissionais palestristas, de diversas áreas relacionadas à saúde e à filantropia.

O presente requerimento não quer apenas cumprimentar a Confederação das Misericórdias no Brasil e a Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas do Estado do Paraná pela promoção do Congresso, mas pela atividade filantrópica desenvolvida há séculos por suas entidades filiadas em benefício do povo brasileiro.

Que se congratule com as Santas Casas e os Hospitais Filantrópicos, por essa ação misericordiosa em favor dos brasileiros, num tempo em que os sentimentos de humanidade e solidariedade têm sido secundarizados ou imemorialmente esquecidos no tempo.

REQUERIMENTO N° 1991

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Jornal GAZETA DO POVO e à REDE PARANAENSE DE TELEVISÃO, na pessoa do empresário Doutor FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO, pelas campanhas desenvolvidas com o fim de estimular as doações de órgãos para transplantes.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo, cumprindo Legislação específica (Leis n.ºs 9.479 e 9.465, anexas) instalou oficialmente 1991 como o ANO ESTADUAL DOS TRANSPLANTES, com a finalidade de estimular as doações de órgãos passíveis de serem transplantados.

Neste ano, o Poder Público, a iniciativa privada e a comunidade foram chamadas a colaborar em atividades relacionadas aos transplantes, cabendo aos órgãos de imprensa um papel fundamental.

Assumido na primeira hora pela GAZETA DO POVO e REDE PARANAENSE DE TELEVISÃO, esse papel pressupõe a realização permanente de campanhas voltadas à grande massa da população, doadora potencial de órgãos para transplantes.

Aos veículos de comunicação, de uma forma muito peculiar, incumbe o papel de fazer cair por terra velhos tabus e preconceitos que sempre se constituíram nos maiores obstáculos à prática solidária da

doação como forma de restabelecimento de funções vitais.

Seguidas têm sido as manifestações da GAZETA DO POVO e da REDE PARANAENSE DE TELEVISÃO nesse sentido, sendo importante destacar a determinação coibitiva de anúncios relacionados à venda de órgãos (ação passível de punição criminal).

Desta forma, não há como o Poder Legislativo deixar de congratular-se com esses dois brilhantes veículos de comunicação do Paraná, por mais essa campanha desenvolvida em benefício da nossa população e da própria condição humana.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Diretor dos veículos de comunicação supramencionados.

REQUERIMENTO N° 1994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Egrégia Casa, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES para o Dr. Carlito Pedroso, por ter assumido, no dia 14 de agosto passado, a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Paraná.

Desejamos com este voto de congratulações, parabenizá-lo por mais esta brilhante conquista, rendendo nossas homenagens.

Requeiro ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja comunicado ao mencionado senhor, na sede do INCRA em Curitiba, à Rua Mal. Deodoro, n° 630 9° and.

Sala das Sessões, em 19.08.91

(a) COSTENARO NETO.

REQUERIMENTO N° 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, e ao Senhor Secretário Estadual de Meio Ambiente, José Tadeu França, solicitando sejam tomadas providências no sentido de executar obras de limpeza no Rio Barigüi, que corta as Vilas Barigüi I e II na Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.08.91

(a) DOUTOR ROSINHA.

JUSTIFICATIVA:

O Rio Barigüi na Cidade Industrial de Curitiba se transformou em esgoto, com toda espécie de lixo sendo ali depositados pelos moradores mal informados sobre os riscos de tal poluição. Preocupado com a saúde das pessoas que utilizam tal rio é que solicito seja feito a limpeza e conservação das águas.

REQUERIMENTO N° 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião, solicitando que o mesmo determine ao Sr. Moacir Favetti, Secretário Estadual de Segurança Pública, o reforço no policiamento do Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.08.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES.

JUSTIFICATIVA:

A onda de assaltos que atinge a região de Ponta Grossa está alcançando índices alarmantes. Na última semana que passou, contabilizou-se uma média de três furtos de veículos por dia, só na cidade de Ponta Grossa.

Esses dados, quando ligados a uma cidade do interior tornam-se assustadores.

É necessário que o policiamento preventivo e, principalmente, ostensivo, seja incrementado a fim de desestimular a ação dos marginais, que estão tornando-se cada vez mais ousados e perigosos.

Tendo em vista estes acontecimentos é que solicitamos uma ação rápida e enérgica por parte dos órgãos competentes do Estado.

REQUERIMENTO N° 1992

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria Estadual da Saúde, em caráter de urgência, solicitando as providências necessárias à dotação do HEMEPAR da estrutura necessária para a realização dos exames exigidos para a tipagem dos pacientes renais crônicos e doadores renais, assim como para tipagem dos rins de cadáveres.

Sala das Sessões, em 19.08.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O HEMEPAR, órgão da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, tem condições - segundo informações da Dr.^a CRISTINA GLEHN - de realizar os exames necessários para a tipagem dos pacientes renais crônicos e seus doadores, assim como tipar os rins de doadores cadáveres.

O transplante é a única alternativa para centenas de portadores de deficiência renal paranaenses retomarem a vida de forma plena. Durante muito tempo, tabus e preconceitos colocaram-se como os maiores obstáculos ao prolongamento da vida por meio desse procedimento cirúrgico.

Nos últimos anos, entretanto, com o progresso da ciência médica, sobremaneira na área dos transplantes, e a realização

cada vez com mais intensidade de campanhas de divulgação da possibilidade de doação de órgãos, entre a população, abriram-se novas perspectivas a essa parcela da população que necessita de um transplante renal (como no presente caso, embora se apresentem outras modalidades de transplante).

O Paraná instalou o ANO ESTADUAL DOS transplantes com a finalidade de estimular os doadores de órgãos passíveis de serem transplantados, com a função de restabelecer a vida. Instituído em Lei, o Ano dos Transplantes propõe o envolvimento do Poder Público, da comunidade e da iniciativa privada para o planejamento e execução de ações que estimulem as doações e o consequente transplante.

As reuniões da Comissão Estadual dos Transplantes, também instituída em Lei, com a participação de todos os envolvidos na questão, têm apontado para a necessidade primordial de um Centro de Captação de Órgãos.

Apesar de toda a infra-estrutura do HEMEPAR estar montada e apta a realizar os exames necessários para a tipagem dos pacientes renais crônicos e dos doadores vivos e cadáveres, falta material para que a atividade seja desenvolvida. Esse material (constante dos anexos) tem custo irrisório quando comparado ao valor da referida estrutura e diante dos benefícios aos pacientes renais crônicos.

Com a viabilização do material, pela Secretaria da Saúde, com apoio do Ministério da Saúde através de recursos do SUS, e com a competência e disponibilidade da equipe do HEMEPAR, teríamos como resultado um aumento significativo no número de transplantes realizados no Paraná e em benefício, sobretudo, de população renal crônica carente.

É importante ressaltar que o custo para o Estado com o paciente transplantado é consideravelmente inferior ao do paciente em diálise.

Maiores esclarecimentos sobre a matéria, poderão ser obtidos diretamente junto ao HEMEPAR, com a Dr.^a Cristina Glehn, ou com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, Departamento do Paraná, com o Dr. José Rubens M.M. de Carvalho.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos membros da Comissão Estadual dos Transplantes, ao Governador do Paraná, ao Ministro da Saúde, ao Presidente do INAMPS, ao HEMEPAR e à Sociedade Brasileira de Nefrologia.

REQUERIMENTO N° 1990

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado

expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao GOVERNADOR ROBERTO REQUIÃO, solicitando a regulamentação das Leis Estaduais n.ºs 9465, de 12.12.90, e 9479, de 17.12.1990, com a definição das atribuições do Poder Executivo na estimulação à doação de órgãos para transplantes.

Sala das Sessões, em 19.08.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Um largo passo foi dado, no Paraná, na questão dos transplantes de órgãos, com a promulgação de duas leis versando sobre a matéria, com o fim de estimular as doações.

Entretanto, tanto a preocupação dos legisladores, quanto o apoio da comunidade relacionada à área e do Poder Executivo, promulgando as Leis, correm o risco de cair num vazio diante da indefinição quanto à competência do Poder Executivo, através das suas Secretarias, para implementação dos benefícios assegurados pela legislação.

Diante disto, é fundamental a intervenção do senhor Governador, para distribuição entre os órgãos estaduais, da competência para atendimento ao disposto nas leis, bem como o devido apoio na execução de atividades com o fim de incentivar a doação e a progressão do número de transplantes cirúrgicos, no Paraná, como forma de restabelecimento de funções vitais ao ser humano.

REQUERIMENTO N.º 1995

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando-lhe determinar as providências necessárias o envio, para discussão deste Legislativo, de Mensagem dispondo sobre a criação e estruturação da carreira de defensor público, bem como fixando vencimento, vantagens, direitos e deveres relativos à carreira, preconizado no artigo 6º da Lei Complementar n.º 55, de 04 de fevereiro de 1991, cujo prazo de 180 dias inicialmente previsto já esgotou-se.

Sala das Sessões, em 19.08.91

(a) ERNANI PUDELL;

DOUTOR ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO.

JUSTIFICATIVA:

Incontestes os benefícios que advirão do incremento da defensoria pública no atendimento judiciário aos necessitados. Sua efetivação, entretanto, depende da providência que reclamamos no presente, a qual, segundo dispõe a própria lei, depende exclusivamente do chefe do Poder Executivo.

REQUERIMENTO N.º 1977

SÚMULA: "Requer apoio da Assembleia para que seja solicitado ao Senhor Governador e Senhor Secretário de Estado da Saúde, que intercedam junto ao Ministério da Saúde e Inamps, para que seja reduzido o número de atendimentos básicos de 5 para 2 como é de interesse do SUDS".
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Senhor Governador e ao Senhor Secretário da Saúde que intercedam junto ao Ministério da Saúde e Inamps para que seja reduzido o número de atendimentos básicos, de 5 para 2, como é de interesse do SUDS.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O pedido prende-se ao fato de que o caso venha a acontecer esta diminuição de atendimentos básicos de 5 para 2, as Prefeituras de todo o Paraná terão de arcar com o maior volume de recursos próprios para fazer frente a necessidade de prover o atendimento médico e ambulatorial à comunidade.

E principalmente, que esta mudança está sendo feita somente no Paraná, e portanto descabida.

Até poderia ser aceita se fosse uma regra nacional. Temos que dar um basta na economia em cima do que é necessário à população. Os municípios não podem ser o suporte para a solução de todas as mazelas impostas a população pelas políticas econômicas do Governo Federal.

REQUERIMENTO N.º 1982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informação ao Secretário Estadual de Saúde, doutor Nizan Pereira Almeida solicitando:

1) Quais as indústrias, hospitais, gabinetes odontológicos e laboratórios no Paraná que trabalham com aparelhos e/ou substâncias radioativas?

1.1) Onde estão localizados?

2) Quem faz a fiscalização destes aparelhos e/ou substâncias?

2.1) Se for a Secretaria Estadual de Saúde, quantos são os técnicos responsáveis e suas respectivas funções e profissões?

3) Existe no Paraná algum depósito de lixo radioativo?

3.1) Se existe, onde?

4) Existe no Paraná alguma extração de minério radioativo ou alguma outra mineração que no seu bojo apresenta risco de radioatividade?

5) Existe no Paraná algum depósito de substâncias radioativas?

6) Quem contrata e fiscaliza tudo isto?

Sala das Sessões, 19.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Senhor Secretário Estadual de Saúde, doutor Nizan Pereira Almeida, solicitando:

1) Quantos hospitais existem no Paraná?

a) Quantos são públicos e, quais são as respectivas mantenedoras?

b) Quantos são privados e filantrópicos?

2. Deste total de hospitais, quantos tem comissão de infecção hospitalar funcionando?

3. Nos últimos seis meses quais foram os hospitais denunciados por problemas de infecção hospitalar, mal atendimento, etc. causando ou não morte de pacientes?

4. Nos últimos seis meses em quais hospitais a vigilância sanitária constatou irregularidades, e, quais eram?

a) Solicito cópia dos pareceres elaborados pela vigilância sanitária.

b) Ao constatar estas irregularidades o hospital foi comunicado? Se o foi, solicito cópia destas comunicações.

5. É permitido o piso acarpetado em hospital?

6) Solicito cópia do programa estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde para o Controle de Infecção Hospitalar.

7. Quem é o responsável pelo controle das infecções hospitalares, a vigilância sanitária, ou alguma comissão especificamente criada para isto?

a) Se é alguma comissão, quem são os elementos que a compõe?

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

É veiculado diariamente pela imprensa, informações sobre infecções hospitalares. Minhas interrogações se devem ao fato de que é necessário um real diagnóstico da situação no Paraná.

A quinta questão se deve ao fato de ter recebido a denúncia que o Hospital Santa Cruz tem o seu piso acarpetado.

REQUERIMENTO N° 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Senhor Secretário Estadual de Saúde, doutor Nizan Pereira Almeida, solicitando:

1) Quantos leitos tem o Hospital Victor do Amaral?

2) Qual é o número de funcionários (inclusive médicos) lotados em tal nosocômio?

3) O número de funcionários em relação ao número de leitos atende os parâmetros recomendados pelo Ministério da Saúde?

4) Recebi a denúncia que o período janeiro-maio ocorreram, morte de cinco recém-nascidos:

4.1) Houve morte de algum recém-nascido no Hospital Victor do Amaral neste período? Se houve, quantos foram e qual o diagnóstico?

4.2) Se houve, algum tem por causa infecção hospitalar?

4.3) Caso tenha ocorrido alguma morte, solicito cópia dos documentos referentes a estes óbitos e cópia dos relatórios de inspeção feita pelo setor de vigilância sanitária.

5) O Hospital foi fechado para reforma, porquê?

5.1) Ocorreu algum surto infeccioso no Hospital?

5.2) O Hospital Victor do Amaral foi fechado para reforma, logicamente após ter sido feito relatório de suas condições. Solicito cópia do relatório que recomendou reforma.

5.3) Havia necessidade de interdição total?

6) Foi feito parecer técnico sobre as necessidades de reforma ou de construção?

6.1) Solicito cópia de tal parecer.

7) O Hospital Victor do Amaral tinha comissão de infecção hospitalar funcionando?

7.1) Se tinha, era composto por quais funcionários?

7.2) Solicito cópia dos últimos relatórios elaborados por tal comissão

8) Nos primeiros seis meses (janeiro-junho/1991) os técnicos do setor de vigilância sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, chegaram a fazer alguma inspeção no Hospital Victor do Amaral?

8.1) Se sim, quantos foram?

8.2) Solicito cópia dos documentos elaborados a partir destas inspeções.

9) Por quanto tempo o Hospital Victor do Amaral ficará fechado para reforma?

9.1) Solicito cópia do cronograma da reforma.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Muito se tem dito sobre infecção hospitalar. Muito se tem criticado os serviços hospitalares, seja ele público ou privado. Preocupado com a qualidade dos serviços de saúde, tendo assumido a posição de defesa do serviço público. O Hospital Victor do Amaral foi fechado para reforma,

conforme notícias veiculadas na imprensa. Tendo eu recebido a denúncia de mortes de recém-nascidos naquele nosocômio e por não ter nenhuma informação sobre o Hospital é que, na condição de cidadão e Deputado Estadual requero estas informações.

REQUERIMENTO N° 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Senhor Secretário de Estadual de Saúde, doutor Nizan Pereira Almeida, solicitando:

1) Quantos são os bancos de sangue no Paraná?

1.1) Quantos são públicos e quantos são privados?

1.2) Onde estão localizados?

2) O setor de vigilância sanitária tem recebido denúncia de alguma irregularidade de algum destes bancos?

2.1) Se sim, quais são os bancos e quais as irregularidades?

3) Nos últimos seis meses o setor de vigilância sanitária chegou a fazer alguma inspeção?

3.1) Se sim, solicito cópia do relatório da inspeção.

4) O que a Secretaria Estadual de Saúde pretende fazer para que a Constituição Federal seja cumprida no seu artigo 200, inciso I?

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 351/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BATALHÃO SUEZ - REGIONAL DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva reconhecer como Utilidade Pública uma entidade fundada com o objetivo precípuo de congregar os valorosos ex-integrantes do III/2° Regimento de Infantaria, também conhecido como Batalhão de Suez, cuja atuação foi de extremo valor por ocasião do conflito Árabe-Israelense, em função de ocupação de territórios em litígio.

A documentação anexa servirá para comprovar a atuação de tal entidade visando a consecução dos objetivos para os quais foi criada, razão que aponta para o merecimento da declaração como de utilidade pública.

ca.

PROJETO DE LEI N° 352/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É considerado equipamento obrigatório o cinto de segurança nos ônibus em circulação nas rodovias intermunicipais e estaduais no território paranaense.

Parágrafo Único - A autoridade competente só concederá licença ou renovação para as empresas de ônibus que estejam equipadas com os cintos de segurança.

Art. 2° - As empresas terão o prazo de noventa (90) dias, a partir da vigência desta lei, para providenciarem a instalação de cintos de segurança em todos os seus ônibus.

Art. 3° - O não cumprimento desta lei provocará nas empresas responsáveis a punição prevista no Código Nacional de Trânsito (Lei 5.108 de 22.09.66) e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito que tratam sobre os cintos de segurança.

Parágrafo Único - Ocorrendo reincidência, caberá à autoridade estadual competente aplicar penas de suspensão e cassação das linhas em que ocorrer a infração.

Art. 4° - O Governo Estadual, através de Decreto, regulamentará esta lei no prazo de 60 dias.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tem sido positiva a implantação do uso do cinto de segurança nos veículos particulares do país. Já é maioria a afirmativa de que o cinto de segurança reduz as chances de acidentes fatais.

As campanhas desenvolvidas pelos órgãos de trânsito têm sensibilizado os motoristas e vimos com frequência uma maior aceitação no uso do cinto de segurança.

Mas é no mínimo estranhável que tal obrigatoriedade não se estenda aos passageiros de ônibus, particularmente naqueles que transitam em rodovias, com viagens longas!

É fácil imaginar que qualquer acidente envolvendo ônibus, provoca um grande volume de danos aos seus passageiros.

Visando corrigir falha e procurando dar maior segurança ao usuário, estamos propondo que todo ônibus que transite em rodovias estaduais e intermunicipais, no Paraná, seja equipado com cinto de segurança!

Temos convicção de que esta providência, simples, será recebida pelos passa-

geiros, que terão maior segurança nas viagens!

O prazo de noventa dias para que as empresas cumpram esta exigência é suficiente e esperamos que, sancionada a lei e passado este prazo, as autoridades façam cumprir esta lei!

PROJETO DE LEI N° 353/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 4° da Lei n. 4.706 de 27 de março de 1963, passa a ter Parágrafo Único com a seguinte redação:

Parágrafo Único - Para efeito do cumprimento desta lei, ficam as autoridades mencionadas obrigadas a encaminhar a Assembléia Legislativa no ato da posse ou exercício, bem como a cada 12 (doze) meses e na transmissão do cargo, posto função ou mandato, suas declarações de bens, que depois de apreciada pelo Poder Legislativo serão arquivadas no Tribunal de Contas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 19.08.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio:

Luiz Carlos Alborghetti, José Afonso Júnior, Mário Bezerra, Durval Amaral, José Tavares, Cleiton Kiêlse, Colombino Grassano, Paulo Maia, Lourenço Fregonese, César Silvestri, Albino Corazza, João Preis, Ademir Traiano, Nilton Barbosa, Edson Silva Lino, Plauto Miró Guimarães, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Carlos Simões, Heinz Herwig e Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

Sendo a Assembléia Legislativa o órgão fiscalizador do Governo, nada mais justo que as declarações de bens sejam encaminhadas a esta Casa, que depois de apreciadas deverão ser remetidas ao Tribunal de Contas onde serão arquivadas.

A atuação conjunta e em especial o trabalho do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, como instrumento de apoio, além das suas obrigações inerentes ao compromisso com a coisa pública, resultará em incontestável avanço para ficar realmente garantido este princípio democrático. Entre outras, a medida terá o mérito de abrir uma ampla participação da sociedade em questão de tamanha importância, mantendo-se o controle com o oferecimento de instrumento legal para um trabalho integrado através de diretrizes entre os Poderes Executivo e Legislativo.

PROJETO DE LEI N° 354/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a sociedade denominada "CARITAS SOCIALIS", com sede no Município de Guarapuava, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.91.

(a) CÉZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é feita de acordo com o disposto na Lei n. 6994, tendo em vista que a sociedade denominada "Caritas Socialis" de Guarapuava cumpre todos os requisitos previstos pelo seu Artigo 1°.

A "Caritas Socialis", fundada em 30 de janeiro de 1970, tendo já completado 21 anos de existência, sempre voltada à beneficência, à religião, à assistência social e à promoção humana, cuidando de grupos de indivíduos necessitados em geral, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, credo político ou religioso, exercendo suas atividades sempre dentro de uma estrutura cristã.

A sociedade "Caritas Socialis" de Guarapuava, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, 1° Ofício, de Curitiba, sob n. 626.491, de 27 de fevereiro de 1991, tendo sua Ata da 26ª Assembléia Geral Extraordinária registrada sob o n. 35.076, no 1° Ofício de Protestos de Títulos e Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Guarapuava, onde está sediada, à Rua Capitão Virmond, n. 2021, estando ainda inscrita no CGC/MF sob o n. 77.905.784/0001-21.

Saliente-se ainda, que a "Caritas Socialis" de Guarapuava, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, naquela cidade, através da Lei n. 04/74, de 09 de abril de 1974.

Assim sendo, e tendo em vista que sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus associados, e estando desenvolvendo suas atividades ininterruptamente desde sua fundação, juntamos ao presente a cópia de seus estatutos, a Ata da última reunião, o Cartão de CGC e a Lei Municipal que declara de Utilidade Pública naquele município, esperando pela aprovação do Soberano Plenário desta Casa, da declaração de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

Ausente do Plenário.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Semana passada o Paraná foi palco de uma cena de violência e de tortura que está diretamente ligada a delicada questão da terra no nosso Estado.

Para que nós possamos entender claramente as conseqüências, a amplitude e as raízes desses conflitos é preciso lembrar que a Reforma Agrária foi uma das bandeiras e das promessas maiores do Governo Sarney.

O Governo que elaborou um plano de Reforma Agrária, prometendo assentar 1.400.000 famílias em todo o País.

O povo sem terra se encheu de esperanças, fizeram seus cadastros, entregaram nos Sindicatos de Trabalhadores rurais e ficaram aguardando a tão sonhada Reforma Agrária.

O que se viu durante o Governo Sarney, ao contrário da realização de uma profunda alteração na estrutura fundiária do nosso País, foi ainda mais o aprofundamento da concentração da terra em detrimento dessa importante medida social.

A política agrícola que teve continuidade durante o Governo Sarney, como sempre privilegiou as culturas de exportação, privilegiou as culturas extensivas em detrimento dos pequenos e médios produtores, que juntamente com processo de arrocho salarial foi diminuindo sobremaneira o mercado interno consumidor de alimentos em nosso País.

Igualmente, o Governo Collor se elegeu falando para os descamisados, prometia que o seu governo seria dos pobres e que também faria a Reforma Agrária.

Novamente assistimos um governante, o mais alto mandatário da Nação falando que assentaria até o final do seu governo um milhão e quatrocentas mil famílias no País.

O que se viu, lamentavelmente, é que até este momento o INCRA foi desativado, praticamente não funciona, nenhuma desapropriação de terra no Paraná foi feita e o que é mais grave, todos os decretos de desapropriação que estavam nas mãos do Governo Federal para que fosse emitido na posse estão caducando, estão prescrevendo, estão perdendo o seu valor legal jurídico. Vejam, Senhores Deputados, neste quadro de desesperança, de frustração, de traição é que os movimentos dos agricultores sem terra do Paraná começam hoje, a não mais acreditando nas promessas oficiais iniciam um processo delicado, perigoso de elaboração da Reforma Agrária, por conta própria e nesta conjuntura também não menos lamentável foi a postura do Governo do Estado do Paraná.

Um governo que teve o apoio maciço dos movimentos dos trabalhadores pela Reforma Agrária neste Estado.

Um governo que fez da denúncia contra a grilagem de terra a denúncia contra o latifúndio, um dos principais temas da sua campanha eleitoral.

Esse governo que teve essas promessas e essa postura hoje, recentemente inaugura uma página de violência e barbárie que o Estado do Paraná não tinha visto há muitos e muitos anos.

Jamais o povo do Paraná esquecerá as cenas de tortura, tortura que estão, de acordo com a nossa Constituição Federal hoje, consideradas crimes imprescritíveis. O povo do Paraná assistiu a tortura feita por policiais contra lavradores...

(Término do tempo).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tílio) - Vossa Excelência passa a utilizar o horário da Liderança do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - O Paraná lembrará sempre as cenas de violência contra os menores, filhos dos agricultores sem terra.

Neste quadro nós sabemos que cabe efetivamente ao Governo Federal a solução da questão fundiária sem que ela passe pelo conflito, pela guerra, pelo ódio e pela revolta.

Cabe o papel maior efetivamente ao Governo Federal.

Não vamos de forma alguma eximir-nos dessa responsabilidade, mas responsabilidade também tem o Governo do Estado do Paraná.

A primeira responsabilidade é acabar com a violência, com o tratamento político as questões da terra no Paraná.

É preciso apurar as torturas que foram cometidas contra trabalhadores no Paraná.

É impraticável neste momento a permanência do Secretário de Segurança no seu posto. Secretário que defende a pena de morte e está indo contra o próprio discurso do Governo do Estado do Paraná que fala no respeito à cidadania e aos direitos humanos.

É fundamental que o Governo do Estado do Paraná ao invés de permitir a criação de serviços de espionagem para marcar e carimbar lideranças dos sem terra, isto sim que o Governo do Estado do Paraná tenha punho, tenha firmeza e tenha coragem para desmanchar as milícias de jagunços que estão sendo formadas no Paraná.

Senhor Presidente, é muito grave a informação de que hoje no Estado do Paraná, nós temos já mil e quinhentos jagunços armados e preparados para promover o extermínio de lideranças no nosso Estado, lideranças dos movimentos sem terras, da Comissão Pastoral da terra e outros, que estão sendo marcadas e carimbadas e identificadas pelo serviço de informação da Po-

Líbia Militar do Paraná.

Cabe ao Governador desativar urgentemente esse serviço. Mais do que isto, se esse Governador realmente tem coragem de enfrentar os poderosos neste Estado ele poderá utilizar o seu poder e a sua competência para fazer um criterioso e profundo levantamento histórico de todas as titulações de terra que já houveram neste Estado.

Quem conhece a história deste Paraná sabe que muitas terras foram conquistadas com o sangue de posseiros e de inocentes.

Titulações fraudulentas foram dadas a amigos e apaniguados do rei.

Cabe o resgate histórico e a investigação de todas essas titulações no Paraná e isto cabe ao nosso Governo.

Cabe sim ao nosso Governador que se diz defensor da reforma agrária, das lutas sociais e é um homem progressista.

Cabe ao Governo do Estado acionar os seus órgãos competentes para fazer um levantamento neste Estado de todas as áreas improdutivas, irregulares que nós temos aqui e aí, após essas providências, o fim a violência, o desmantelamento das espionagens, o desmantelamento das milícias de jagunços, o levantamento fundiário do Estado do Paraná cabe aí sim ao Governo.

Mobilizar a opinião pública, mobilizar a sociedade civil, mobilizar todas as entidades que lutam por justiça neste Estado e aí sim todos juntos iremos ao Governo Federal exigir a imediata desapropriação e implantação da reforma agrária neste Estado, como única condição de trazer a verdadeira paz na terra; a paz na terra que nós queremos não é a paz dos cemitérios, a paz da violência: nós queremos a paz de uma reforma agrária feita com responsabilidade, pacífica, que tenha um profundo sentido de justiça.

É fundamentalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós lutamos e entendemos que a reforma agrária, tanto sonhada e tão necessária ao nosso povo, que ela seja articulada com uma política de distribuição de rendas mais global, uma política que permita aos trabalhadores a elevação do seu salário e, com a elevação do salário e um aumento conseqüente da demanda, nós adotarmos tanto a nível federal, como a nível estadual, uma política agrícola que implemente a produção de alimentos neste País, privilegiando os pequenos e médios produtores rurais, fazendo estoques reguladores e de segurança de alimentos neste País.

É isto que nós estamos buscando e é isto que nós defendemos. Quem conhece concretamente os efeitos de uma reforma agrária sabe perfeitamente que uma família de assentados significa não aquela família que vive debaixo da lona preta, que vive

do medo, do ódio, que precisa de cesta de alimentos do governo para sobreviver, que precisa de remédios.

O que nós queremos que essa família de agricultores tenha um pedaço de chão, onde ela possa produzir o seu feijão, possa produzir o seu arroz, possa alimentar a sua família, que fundamentalmente também eles têm em suas mãos fruto de seu trabalho a recompensa merecida. Têm a sua renda para irem nas cidades comprarem nos mercados, estimularem a criação de empregos, a produção de bens de consumo, estimularem, enfim, o desenvolvimento.

Essa é a diferença entre um país que fará a reforma agrária e um país que permanecerá calado, as suas elites coniventes, com essa estrutura iníqua, injusta e criminosa que nós temos aqui.

É preciso lembrar também aqui - e eu quero chamar a atenção aqui porque existem muitos ex-prefeitos - que vocês sabem que nos municípios que só têm "gigolô de vaca" o município está fadado ao extermínio, está fadado ao declínio.

Naqueles municípios onde têm uma agricultura pujante, onde os agricultores trabalham, produzem, este município tem a prosperidade.

Nós precisamos, Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, enxergar a questão da reforma agrária como uma questão fundamental para que nós alcancemos neste País democracia e justiça. Se existe um conflito é porque existe antes do conflito uma injustiça muito maior, existe uma desesperança.

Esse é o tratamento que nós esperamos que este Poder Legislativo dê a questão da terra e, fundamentalmente, que nós esperamos que também esse Governo passe a dar agora.

Não adianta apenas palavras, discursos. O que nós queremos são essas providências concretas que nós acabamos de enumerar.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Eu acredito que na semana passada todos os Srs. Parlamentares que compõem este Poder devem ter recebido em seus gabinetes cópias de um farto material do Sindicato dos Professores do Paraná, dizendo da preocupação que existe com relação à situação em que se encontra o professor do Paraná, que o Governo está alardeando a cada canto que será o professor mais bem pago deste País.

No sábado esses professores realizaram

uma assembleia geral e estão se mobilizando num indicativo até de uma paralisação caso não se tenha de fato uma definição da situação com relação aos seus salários. Nós sabemos que se não houver um trabalho conjunto, uma preocupação única deste parlamento para que se encontre a saída para esse impasse, obviamente todos nós seremos responsabilizados nesta Casa, por não tentarmos impedir que desta vez também os professores de 1º e 2º graus, tenham que vir à praça pública, mais uma vez, reivindicar o salário que o Governo do Paraná está dizendo a cada canto e que até este momento, não trouxe a realidade do salário do professor mais bem pago do Brasil e esta política da demagogia, esta política da falação, esta política da promessa fácil, fez com que muitos acreditassem e hoje estão se decepcionando.

Nós estamos no segundo semestre, estamos caminhando para o primeiro ano de governo e não estamos vendo nenhuma definição. A mensagem que veio para esta Casa, que foi lida há poucos dias, representa uma vergonha em cima da situação caótica em que se encontram os funcionários públicos e em especial, em que se encontram os professores do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos pedir ao PMDB, pedir aos aliados do Governo, para que façamos juntos uma corrente e encontremos de fato, uma saída, através de uma mesa de negociação, para que se evite que a maioria, um milhão e meio de crianças das escolas públicas do Paraná, tenham que ficar sem aulas neste Estado.

Nós acreditamos que através do diálogo, através da mesa de negociação, nós encontremos a saída mais digna, a saída mais justa e encontremos o caminho para o que se espera, em termos de educação neste Estado.

Temos certeza que a mobilização dos professores do Paraná, assim como acontece a nível de Brasil, representa o desânimo em que vive a classe trabalhadora em todos os cantos e, principalmente, aquela vinculada ao serviço público.

Nós assistimos manifestação dos servidores desta Casa, manifestação dos servidores da Assembleia Legislativa pela situação difícil em que se encontram. Nós assistimos a cada canto, tramitando por esses corredores desta Casa, funcionários da Assembleia também demonstrando o seu descontentamento pelo regime jurídico que aqui também foi aprovado e que não se efetiva e assistimos à mobilização dos trabalhadores do serviço público neste Estado, de forma bastante arrojada e com a garra que sempre tiveram, para que se defina, se no Congresso Nacional se tem uma política vergonhosa, isso nós já dissemos nesta

tribuna, pelo menos lá está tendo a disposição de negociar alguma coisa em termos de política salarial, enquanto aqui nós não estamos fazendo nada, enquanto aqui nós estamos apenas vendo as categorias se mobilizarem e neste momento, os professores do Paraná estão mais uma vez se mobilizando, trazendo, antes de levar a greve às ruas, a sua preocupação, mostrando a sua defasagem, mostrando a situação em que vivem atualmente, e, pedindo a cada parlamentar, para que interceda, para que o caminho da negociação, para que o caminho do diálogo prevaleça antes que os mesmos tenham que sair de uma sala de aula.

O desânimo e a revolta são muito grandes, por quê? Porque há mais de um ano, quando se pede a definição de uma política salarial em termos de funcionários públicos, nós não vemos nenhuma mobilização que leve até esta definição. Estamos assistindo a cada mês as perdas salariais abusivas. Um país que diz que não vive a inflação e que diz que o salário-mínimo é o resultado desta inflação e registra, a cada mês, nada menos do que 13%, não pode simplesmente esquecer a realidade por que passa o servidor público deste Estado e neste momento em que o Congresso Nacional reajusta os salários dos Deputados e esta Casa também o faz, eu acho que não há nada mais digno, nada mais justo de que também nós empunhemos esta bandeira em prol dos servidores públicos do Paraná, em prol dos servidores desta Casa, em prol daqueles que não têm o mesmo poder de defesa, que não têm esta tribuna para falar da situação difícil, da situação de miséria, da situação de fome pela qual estão passando. E neste momento, o que estamos fazendo nesta tribuna é levantar esta preocupação, é registrar este momento, é pedir a este parlamento que faça também a intervenção junto aos poderes constituídos, para que demonstremos, de fato, que nesta Casa temos preocupação com a situação pela qual passam os trabalhadores do serviço público indistintamente, sejam desta Casa, dos demais segmentos, sejam os professores.

E queremos também aqui registrar, neste momento, a nossa preocupação, pois se acontecerem estas mobilizações previstas, acreditamos, temos responsabilidade, temos responsabilidade pelas consequências que, obviamente, advirão prejuízos sérios para os nossos estudantes e para o serviço público do nosso Estado.

O Sr. Lourenço Fregonesse - (Aparte) - Eu gostaria de parabenizar V. Exa. e pedir também neste momento que se revisse o salário dos portuários do Porto de Paranaguá, que vivem numa condição de miséria e humilhação; pois, hoje, comerciante algum aceita, em Paranaguá, os cheques dos por-

tuários. Hoje um portuário em Paranaguá ganha 32 mil cruzeiros. Um porto que não produz, um porto onde o seu superintendente se diz inoperante e veio na televisão, na última sexta-feira, dizendo que o porto não tem condições técnicas para importação - um porto que achatou completamente os salários dos seus servidores.

Parabenizo V.Exa. e peço também que não só os professores mas também os portuários sejam atendidos neste lamento, nestes salários indignos que hoje vêm recebendo.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência.

Tenho que registrar também que aqui nós não especificamos os professores, mas o fazemos indistintamente um levantamento da situação em que se encontram todos.

Colocamos aqui a nossa preocupação pedindo que todos nós nos somemos a esta realidade para resolvermos sobre os salários de fome que assolam os trabalhadores do serviço público deste Estado.

Alguém tem que fazer alguma coisa.

Esta Assembléia não discute política salarial, esta Assembléia recebe mensagens do tipo desta que veio vergonhosamente, quando após um ano se esperava a definição de uma política salarial, a Mensagem do abono que não vai chegar, ou vai chegar e ultrapassa um pouco os 13 mil cruzeiros. E a defasagem deste ano representa mais de 100% e os estudos do DIEESE mostram esta realidade pela qual passam os trabalhadores indistintamente do serviço público vinculado ao Estado do Paraná.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há necessidade de fazer alguma coisa, há necessidade de se mostrar a situação em que se encontra e sensibilizar quem quer que seja e principalmente o Governo do Paraná que aí está.

Ele apregoeou ontem em campanha, ganhou os votos e que tem que fazer cumprir essas promessas para que se mostre que o homem político-partidário não sabe fazer promessas de campanha, de palanque, ele, na prática, também é capaz de executar as suas teorias.

Por isso, queremos deixar aqui registrado a nossa preocupação, a nossa insatisfação, e queremos nos somar a estes servidores, demonstrando que de fato pouco ou nada está se fazendo para inverter esse quadro deplorador, o quadro da miséria que ainda é fruto do Governo Álvaro Dias, que deixou o Paraná com um dos piores salários de toda a sua história em termos de funcionários públicos.

Era só, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pe-

queno Expediente ainda com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero me reportar neste pronunciamento a respeito da Lei Complementar n° 55, de 04.02.91.

É de conhecimento de nós todos: (Lê):

"A nova ordem constitucional brasileira trouxe, sem dúvidas, alguns avanços sociais ao nosso povo.

Merece as críticas que tem recebido, como por exemplo o retrocesso provocado quando o assunto é a reforma agrária, fruto da ação do famigerado "Centrão" e das organizações mais reacionárias e conservadoras do Brasil, encabeçadas pela UDR e a TFP.

Um dos avanços sociais implementados pela nova Constituição Brasileira é a criação da Defensoria Pública, órgão encarregado segundo preceitua o artigo 135 da Carta Magna da República, da orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

Esta medida decorre do mandamento constitucional contido no artigo 5°, inciso LXXIV, de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. A Constituição do Estado reserva a Seção III, do capítulo IV, que trata das funções essenciais à justiça, que por sua vez integra o seu Título III, que trata da Organização dos Poderes, à Defensoria Pública, dando-lhe a condição de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, e remetendo à Lei Complementar dispor sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública Estadual, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

A Instituição da Defensoria Pública se deu por intermédio da Lei Complementar n° 55, de 04 de fevereiro de 1991.

Portanto, no início deste ano, que estabeleceu as linhas de sua estrutura e ação, remetendo, por sua vez, à Lei ordinária a criação e estruturação da carreira de defensor público, bem como a fixação dos vencimentos, vantagens, direitos e deveres e outras disposições cabíveis para o funcionamento da instituição, a ser remetida através de mensagem governamental à esta Assembléia, no prazo de 180 dias a contar de sua publicação.

Os 180 dias preconizados pela Lei Complementar n° 55 já transcorreram, o número de necessitados, por obra e graça do governo Collor, pela situação imposta a nosso País, aumentou consideravelmente, os processos e demandas judiciais avolumaram-se, e a lei definindo a estrutura da carreira de defensor público ainda não foi

recebida por este Legislativo, por parte do Poder Executivo do Estado.

O governo do Paraná voltado aos trabalhadores - e, cremos nós, também dos sem trabalho - do Senhor Roberto Requião, também neste aspecto fica devendo. Aliás, não é obra de seu governo nem através da propaganda. Talvez não tenha se apercebido da importância desse serviço prestado à sociedade, e venha a implementar campanha institucional após este pronunciamento. Requião governa o Paraná já há mais de quatro meses, e, mais uma vez - como no caso da data base dos servidores públicos, descumpra a lei e os prazos nela estabelecidos.

A justiça brasileira sempre esteve ao lado dos poderosos, da elite, da burguesia brasileira, servindo não só como instrumento de opressão, como também para legitimar a opressão e as desigualdades de nosso País. No Brasil, as denúncias de corrupção, estelionato, peculato, crimes de toda ordem, ganhando as páginas diariamente, e nada acontece. Ao contrário daqueles miseráveis necessitados e acachados em sua esperança, jogados à sorte numa favela, sob um viaduto, apropriando-se de um bem de valor ínfimo - às vezes uma galinha - para saciar a fome dos seus filhos, a estes às duras penas da lei.

Não pretendemos aqui advogar a instituição da Defensoria Pública para cuidar dos interesses de ladrões de galinha. Neste aspecto, a construção de uma sociedade justa, com distribuição de renda e de oportunidade por si só baniria do nosso meio este mal. O que desejamos é alertar que a classe trabalhadora, a classe explorada do nosso País nunca teve acesso igualitário à justiça, e que ao Estado compete, como sabiamente definiu a Constituição, prestar este serviço.

Contudo, o Estado do Paraná, que já conta com o órgão instituído, através da Lei Complementar n° 55, em fevereiro deste ano, ignora a necessidade de sua regulamentação. A protelação do envio deste projeto de lei à Assembleia, dispondo sobre a estruturação da carreira de defensor público provoca a cada dia que passa, grave prejuízo ao conjunto da sociedade paranaense, posto que as demandas judiciais, envolvendo grandes e pequenos persiste, como persiste as sucessivas e inaceitáveis vitórias dos grandes, muitas vezes por falta de assistência à parte mais fraca no litígio".

Portanto, queremos neste momento apresentar à Mesa um requerimento solicitando de Sua Excelência o Governador para que apresente o mais breve possível a esta Casa de Leis, projeto de lei argumentando, criando a Defensoria Pública e concentrando basicamente na Capital do Estado, que

está concentrando os maiores problemas, não serão solucionados apenas neste fato. Mas, que seja enviado a esta Casa o plano de carreira da Defensoria Pública do Paraná para que se cumpra o disposto na Lei n° 55, de 04.02.91.

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente, e como no Grande Expediente não há oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedemos a palavra ao Deputado Antônio Annibelli, no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos entrando hoje, nesta Casa, com um projeto de Lei para regulamentar a Lei n° 4706, de 15 de março de 1963. Lei esta que o Governador Roberto Requião regulamentou através do Decreto 645, que visa moralizar a Administração Pública.

Este decreto do Governador veio em muito boa hora, quando neste País se fala em projeto anticorrupção e moralização legislativa, moralização dos Poderes. Nós tivemos, junto com a nossa assessoria, o cuidado de que o Decreto do Senhor Governador não fique restrito apenas à Ouvidoria Geral e a cargo apenas do Poder Executivo.

O Governador Ney Braga, em 63, já previa a corrupção nos Governos e se a Lei tivesse sido cumprida, talvez esta Casa e todos nós, que temos aqui mais que um mandato, tivéssemos exigido do Poder Executivo o cumprimento da Lei 4706, tantos atos de corrupção, tantos desvios, tantas dúvidas não pairariam hoje na imprensa brasileira, na imprensa paranaense, ou não fariam tão mal de vereadores, prefeitos, deputados, governadores, ex-governadores.

E nós, talvez neste País, o Paraná já tivesse sido exemplo, não hoje apenas através do Governador Requião, através do Disque-Quêrcia, procura fazer com que a opinião pública denuncie os atos de corrupção.

E temos lido, através da imprensa nacional, do Estado de São Paulo, da Folha de São Paulo, inúmeros atos que configuram corrupção nos Governos de São Paulo. Não sabemos do Rio Grande, Santa Catarina, mesmo do Paraná, e talvez através do Disque-Quêrcia, através desta lei, deste Decreto do Governador Requião, talvez fatos novos apareçam. Mas, no meu entender, este Decreto do Governador ainda não atinge a plenitude daquilo que o Governador quer atingir, porque ele coloca nas mãos do Ouvidor Geral, que também é funcionário

e recebe dos cofres públicos, que pode ser demitido a qualquer instante se não quiser alterar, não estou dizendo que vá acontecer isso. Mas, após a declaração dos bens dos homens do Governo, da publicação destes bens, porque nós, Deputados, apesar de mal falados que somos, nós para registrarmos uma candidatura, vereador, prefeito, deputado, senador, deputado federal, governador mesmo, nós temos, junto com o nosso registro da candidatura do pedido da filiação partidária, nós temos que anexar nossa declaração de bens. E fica arquivada no Tribunal Regional Eleitoral. Por que ~~que~~ nós que somos eleitos pelo crivo popular, apesar da desmoralização do Poder Legislativo, e muitas vezes feita esta desmoralização por homens que ocupam cargos que tem dinheiro para minar a imprensa, muito bem subvencionada com dinheiro público! E o Deputado, quando tem um aumento de salário é escrachado publicamente! Nós, se a Assembléia nos dá condição de um gabinete, de um automóvel, sempre temos aqueles que vêm denunciar publicamente fazendo demagogia!

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu, além deste projeto que regulamenta a lei anterior, de 63, eu peço o apoio de todos os Parlamentares, porque os nossos bens já estão declarados na Justiça, sempre, e de Secretários que às vezes põem a mão no jarro?

Se nós fizéssemos, Senhores Deputados, através da Receita Federal, uma comparação de bens de ex-Secretários, atuais Secretários e futuros, como está ocorrendo em São Paulo, as denúncias de aquisição de milhares de bens, de prédios, de terrenos, de fazendas. Ou até de laranjas, que homens do Poder Público colocam, não só nesse Estado mas em outros Estados, colocam bens em nome das laranjas para não aparecer o dinheiro mal versado do erário público.

Então, Senhores Deputados, o nosso projeto pede que além do registro na Ouvidoria Geral, essas declarações passem pela Assembléia Legislativa, e essa Casa irá remetê-los após nós ficarmos com uma via, ou xerox, ou qualquer outra coisa, ao Tribunal de Contas e lá fique arquivado o original dessas declarações, porque lá é o órgão que junto com esta Casa fiscaliza o dinheiro do povo. Conversando com Procuradores, Auditores, Conselheiros do Tribunal, eles também acharam boa esta idéia, para que nos sejamos transparentes a todos, porque nós Parlamentares somos transparentes, o nosso salário todo dia está nos jornais, qualquer cidadão no interior sabe, porque a televisão dá em primeira mão, os nossos bens a justiça sabe, além dos cartórios de registro de imóveis; mas a dos Secretários, dos ex-Secretários, destes que usam, talvez da

confiança de Governadores sérios, usam esta confiança para denegrir um Governo e se locupletar dos bens do Estado.

Por isso, Senhores Deputados, eu peço, espero o apoio na assinatura de cada um dos senhores e que este projeto tenha um andamento rápido para mostrarmos que a Assembléia do Paraná, onde vários partidos são representados, nós tenhamos o mesmo pensamento e uma vontade muito grande de mostrarmos a transparência do Governo como quer o Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 218/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor JARBAS JOSÉ DE CASTRO ANTUNES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 241/91, de autoria do Deputado NEIVO BE-RALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ILHA BELA de Curitiba - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 242/91, de autoria do Deputado NEIVO BE-RALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO EUCA-LIPTOS I e V de Curitiba - PR. Com PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 245/91, autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Arminda Grassi, com sede e foro nesta Capital. Com FARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a mesa, requerimento de n. 1993 de autoria do Senhor Deputado Antônio Arnibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1980, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1978, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1976, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1987, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1994, de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1977, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1979, de autoria do Senhor Deputado Antônio Arnibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1981, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1988, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 1989 a 1992, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de ns. 1995, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 1982 a 1985, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nós queremos cumprimentar os Senhores Deputados, pela colaboração que deram no último domingo, ontem, portanto, à Campanha do PROVOPAR - Pr. que compareceram ao Estádio Couto Pereira, e, além de levarem alimentos também levaram a sua contribuição ao espetáculo esportivo, disputando a partida preliminar e empatando com o time do Malutron, em um tento a um, sinal de que o time está começando a se embalar.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pela ordem, estou solicitando à Mesa, que ofereça ao Plenário a interpretação que está dando ao artigo 94, §§ 1º, 2º e 3º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Colombino, a informação que nós temos, de que todos os Projetos que estão em condição de vir ao Plenário, estão sendo colocados na pauta, na Ordem do Dia.

Haveria algum projeto específico, que estaria separado?

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu diria a Vossa Excelência, Senhor Presidente, então, que informasse ao Plenário que o Projeto n. 200/91 esteve por três dias consecutivos na pauta dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Este Projeto foi requerido urgência, foi constatado na Ordem do Dia 14, e foi rejeitado pelo plenário, Dr. Colombino.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Qual a interpretação que a Mesa dá ao Artigo 94, e seu parágrafo.

Não fala que matéria pedida com urgência, não deverá ir para a pauta dos trabalhos da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Não foi para a pauta; foi para a Ordem do Dia imediata.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu estou pedindo à Mesa, Senhor Presidente, Algaci Túlio, que informe ao plenário e a mim particularmente, qual a interpretação correta que se deveria dar ao Artigo 94 e seus parágrafos?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Colombino, a Mesa tem cumprido com o seu dever, com a sua obrigação, de colocar na Ordem do Dia e na pauta todos os projetos que vêm e que estão com os seus pareceres já devidamente votados nas comissões. Agora, a Ordem do Dia aí já é quando o Projeto já está com o Regime de Urgência

e apto para vir ao Plenário. O Projeto mencionado por Vossa Excelência passou por este Plenário e foi rejeitado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O Projeto n. 200/91 não esteve na pauta; foi requerida a urgência, mas a urgência não elimina a necessidade que o Regimento Interno estabelece para que todos os projetos estejam em pauta para receber emendas.

Eu gostaria de saber a interpretação correta que a sua assessoria dá ao Artigo 94 e seus parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Artigo 182 - Dá urgência:

- "Urgência é dispensa de exigência regimental, salvo a de número legal, e a de parecer mesmo verbal das comissões permanentes para que determinada proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final."

O projeto em regime de urgência foi imediatamente colocado na Ordem do Dia. Não consta em pauta neste caso.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu quero, então, nesta oportunidade agradecer a decisão da Mesa, acatar esta decisão e agradecer, sensibilizado as manifestações que recebi de solidariedade na minha ausência dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus, Ermani Pudell porque pela primeira vez faltei a uma ses-

são da Assembleia Legislativa do Estado e não pude, infelizmente, acompanhar a votação de um projeto de minha autoria e, naturalmente, esperava que mesmo com o pedido de urgência ele fosse para a pauta dos trabalhos para ser apreciado durante esta semana. Razão porque eu, surpreendentemente, fui informado desta decisão dos meus caros e honrados Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Mas eu continuo, Senhor Presidente, a servir a este Estado, a esta Assembleia com dignidade. Se ser digno tem um preço, eu pago este preço.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - E a Assembleia sabe do seu trabalho e da sua seriedade neste Parlamento, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça pela maneira como ela vem desenvolvendo o seu trabalho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 041, 148, 182, 254, 260 e 263/91.

Levanta-se a Sessão.

TABELAS REFERENTES À MENSAGEM N° 67/91 (ANTEPROJETO)

ANEXO I TABELA SALARIAL ITCF

OL/NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
1	28.067,79	29.297,73	30.586,04	31.935,88	33.349,23	34.831,21	36.380,24	38.002,65	39.699,72	41.482,56	42.349,04
2	32.349,26	34.331,23	36.330,27	38.002,66	39.699,70	41.482,54	43.349,03	45.302,76	47.346,83	49.487,49	51.730,06
3	35.830,06	37.489,11	39.123,68	40.886,96	42.731,78	44.663,77	46.687,75	48.807,33	51.025,73	51.907,29	54.269,96
4	42.731,81	44.663,80	46.637,79	48.807,36	51.025,76	52.061,20	54.270,00	56.751,23	59.346,64	62.061,20	64.906,91
5	51.025,76	51.907,33	54.270,00	56.751,24	59.346,65	62.061,20	64.906,92	67.088,21	70.909,49	72.329,99	75.756,48
6	59.346,64	62.061,20	64.906,92	67.888,21	70.909,49	72.329,00	75.756,82	79.334,10	83.092,76	86.901,77	90.820,15
7	70.909,49	72.223,99	75.756,48	79.334,10	83.092,76	86.901,77	90.819,05	94.880,30	99.395,44	104.122,82	108.990,63
8	83.092,76	86.901,73	90.319,06	94.880,30	99.395,45	104.122,84	108.990,64	113.704,74	119.045,44	124.730,89	130.686,24
9	99.395,44	104.122,82	108.990,63	113.704,72	119.045,42	124.730,87	130.686,24	136.923,11	143.451,10	150.290,66	157.452,53
10	116.684,84	122.658,72	128.695,32	134.211,89	140.614,81	147.319,97	154.338,74	161.691,63	169.390,83	177.454,25	185.894,99
11	140.614,31	147.619,97	154.398,74	161.691,63	169.390,83	177.454,25	185.894,99	194.768,49	204.001,54	213.699,78	223.854,96
12	169.390,83	177.454,25	185.894,99	194.732,49	204.001,54	213.699,78	223.854,96	234.429,08	245.627,21	257.292,62	269.508,67
13	204.001,54	212.689,78	228.854,96	234.489,03	245.623,54	257.292,62	269.508,67	282.295,69	295.692,17	309.720,27	324.412,13

ANEXO II TABELA SALARIAL IPARDES

CS	E	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
I	24.334,83	30.696,45	32.170,65	33.691,33	34.372,36	36.030,31	37.741,36	39.517,65	41.487,11	43.447,80	45.598,20	47.728,36	50.029,49	52.473,08
II	36.232,74	37.971,33	39.788,64	41.722,32	43.723,66	45.857,77	48.030,92	50.383,49	52.813,42	55.387,97	58.071,24	59.392,52	62.334,51	65.441,20
III	40.078,83	42.012,92	44.011,52	46.145,60	48.372,03	50.716,82	53.174,50	55.750,49	58.440,67	59.753,95	62.755,03	65.899,50	69.201,92	72.633,71
IV	51.033,26	52.517,37	56.123,45	58.822,54	60.161,70	63.170,93	66.329,98	69.668,10	73.085,11	76.582,09	80.176,08	84.171,98	88.403,91	92.796,95
V	63.624,26	66.798,93	70.118,09	73.575,68	77.063,68	80.697,24	84.756,55	89.034,55	93.396,09	97.668,96	102.689,23	107.781,08	113.197,80	113.944,03
VI	81.265,59	85.374,74	89.645,70	93.975,32	98.322,99	103.292,53	108.534,11	114.001,41	119.736,82	125.789,63	132.118,74	138.781,35	145.783,84	153.130,47
VII	103.998,41	109.255,73	114.772,38	120.547,39	126.665,70	133.054,03	139.742,93	146.779,18	154.174,38	161.923,84	170.066,91	178.846,70	187.841,74	197.088,86
VIII	132.967,32	140.712,03	147.805,19	155.235,62	163.047,73	171.262,04	179.875,11	188.896,78	193.415,45	208.383,35	216.847,36	229.850,81	241.407,52	253.496,86
IX	171.590,70	180.206,27	189.268,03	198.780,84	208.785,68	219.281,54	230.292,80	241.861,84	253.994,59	266.723,99	280.112,74	294.170,50	308.934,09	324.429,83

**ANEXO III
TABELA SALARIAL - FAMEPAR**

NÍVEL CLASSE	01	02	03	04	05	06	07	08
A	31.895,82	34.882,83	35.014,04	35.141,42	35.276,37	35.406,80	35.581,57	37.339,92
B	35.065,23	35.229,61	35.392,10	35.697,90	37.456,41	39.316,53	41.263,97	43.308,82
C	35.817,52	37.583,92	39.446,99	41.394,47	43.458,78	45.619,75	47.905,29	50.303,53
D	41.533,95	43.600,63	45.775,51	48.061,66	50.467,80	53.012,76	55.664,27	58.482,69
E	49.222,87	50.643,74	53.189,80	55.862,75	58.676,73	61.646,57	62.984,30	66.057,15
F	56.052,26	58.875,52	61.855,95	63.182,04	66.276,17	69.643,55	73.205,11	76.914,46
G	63.389,94	66.504,31	69.839,64	73.469,22	77.161,63	80.924,56	84.786,50	86.966,66
H	78.128,71	81.940,17	83.774,75	88.143,66	92.805,44	97.306,86	101.514,07	106.092,56
I - IV	91.684,25	96.265,71	100.510,52	104.938,97	109.918,67	115.172,51	120.693,43	126.516,50
I - III	103.711,70	113.899,48	119.360,96	125.103,95	131.154,12	137.517,45	144.217,08	151.267,64
I - II	129.693,04	135.974,04	142.593,64	149.536,86	156.892,87	164.607,23	172.790,29	181.278,35
I - I	155.123,39	162.745,55	170.768,62	179.211,52	188.101,54	197.455,15	207.051,39	216.029,31

**ANEXO III
TABELA SALARIAL - FAMEPAR**

NÍVEL CLASSE	09	10	11	12	13	14	15	16	17
A	39.180,77	41.198,02	43.174,38	45.322,33	47.586,74	49.970,90	52.476,61	55.119,67	57.901,53
B	45.472,54	47.745,58	50.133,81	52.650,90	55.304,19	58.092,20	61.031,23	62.375,34	65.384,85
C	52.827,26	55.485,72	58.292,74	61.232,23	62.581,66	65.608,62	68.944,94	72.464,17	76.150,03
D	61.434,93	62.779,35	65.832,34	69.183,58	72.709,10	76.413,26	80.142,68	83.959,68	86.050,27
E	69.416,25	72.953,36	76.667,62	80.403,07	84.225,44	86.356,03	90.922,81	95.559,49	99.836,59
F	80.659,77	84.503,63	86.660,40	91.242,62	95.861,79	100.124,07	104.477,73	109.443,86	114.665,98
G	91.566,33	96.164,79	100.410,95	104.810,92	109.794,27	115.033,69	124.005,15	126.363,18	132.475,57
H	111.135,22	116.451,83	122.047,07	127.930,26	134.127,80	140.646,15	147.507,53	154.727,36	162.337,49
I - IV	132.629,00	139.076,10	145.847,51	152.991,68	160.501,70	168.401,99	176.724,66	185.484,60	194.694,39
I - III	158.678,61	166.499,39	174.719,95	183.367,29	192.476,81	202.052,36	211.247,43	220.443,10	230.129,90
I - II	190.274,94	199.740,49	209.142,03	218.226,89	227.794,32	237.864,11	248.461,43	259.615,23	271.360,01
I - I	225.487,50	237.819,71	245.905,66	256.919,10	268.521,42	280.730,42	293.576,87	307.100,90	321.332,44

**ANEXO IV
TABELA FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DO PARANÁ**

NÍVEL CLASSE	01	02	03	04	05	06	07	08
A	21.667,93	22.751,33	23.888,89	25.083,34	26.337,50	27.654,38	29.037,10	30.483,95
B	25.351,48	26.619,05	27.950,00	29.347,50	30.814,88	32.355,62	33.973,40	35.672,07
C	29.661,23	31.144,29	32.701,50	34.336,58	36.053,41	37.856,08	39.748,88	41.736,33
D	34.703,64	36.433,32	38.260,76	40.173,80	42.182,49	44.291,61	46.506,19	48.831,50
E	40.603,25	42.633,42	44.765,09	47.003,34	49.353,51	51.821,19	54.412,24	57.132,86
F	47.505,81	49.881,10	51.375,15	54.993,91	57.743,61	60.630,79	63.662,33	66.845,44
G	55.581,80	58.360,89	61.278,93	64.342,83	67.560,02	70.933,02	74.484,92	78.209,17
H	65.030,70	68.222,24	71.696,35	75.281,16	79.045,22	82.997,48	87.147,36	91.504,73
H - I	76.085,92	79.890,22	83.834,73	88.078,96	92.482,91	97.107,06	101.962,41	107.060,53
I - IV	92.324,81	97.466,05	102.339,35	107.456,32	112.829,14	118.470,59	124.394,13	130.613,83
I - III	113.246,28	118.903,59	124.854,01	131.096,72	137.651,56	144.534,14	151.760,83	159.348,83
I - II	133.160,46	145.063,48	152.321,91	159.933,20	167.934,90	176.331,65	185.148,23	194.405,64
I - I	168.555,76	176.933,55	185.832,73	195.124,36	204.880,58	215.124,61	225.880,84	237.174,23
J - III	39.278,01	41.241,91	43.304,01	45.469,21	47.742,67	50.129,80	52.636,29	55.268,11
J - II	49.097,53	51.552,40	54.130,02	56.836,52	59.678,35	62.662,27	65.795,38	69.085,15
J - I	61.371,91	64.440,50	67.662,53	71.045,65	74.597,94	78.327,83	82.244,23	86.356,44

ANEXO IV
TABELA FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DO PARANÁ

NÍVEL CLASSE	09	10	11	12	13	14	15	16
A	32.013,40	33.614,07	35.294,77	37.059,51	38.912,49	40.858,11	42.901,02	45.046,07
B	37.455,68	39.328,46	41.294,88	43.359,63	45.527,61	47.803,99	50.194,19	52.703,90
C	43.823,14	46.014,30	48.315,01	50.730,77	53.267,30	55.930,67	58.727,20	61.663,56
D	51.273,03	53.836,73	56.523,57	59.355,00	62.322,75	65.438,88	68.710,83	72.146,37
E	59.989,50	62.988,97	66.138,42	69.445,34	72.917,61	76.563,49	80.391,67	84.411,25
F	70.187,71	73.697,10	77.381,96	81.251,05	85.313,61	89.579,29	94.058,25	98.761,16
G	82.119,63	86.225,61	90.536,89	95.063,73	99.816,92	104.807,76	110.048,15	115.550,56
H	96.079,96	100.883,96	105.928,16	111.224,57	116.785,79	122.625,08	128.756,34	135.194,16
H - I	112.413,56	118.034,23	123.935,95	130.132,74	136.639,38	143.471,35	150.644,92	158.177,16
I - IV	137.144,52	144.001,75	151.201,84	158.761,93	166.700,02	175.035,03	183.786,78	192.976,12
I - III	167.316,33	175.682,14	184.466,25	193.689,56	203.374,04	213.542,74	224.219,88	235.430,88
I - II	204.125,92	214.332,22	225.048,83	236.301,27	249.116,34	260.522,15	273.548,26	287.225,67
I - I	249.033,63	261.485,31	274.559,57	288.287,55	302.701,93	317.837,03	333.728,88	350.415,32
J - III	59.031,51	60.933,09	62.979,74	67.178,73	70.537,67	74.064,55	77.767,78	81.656,17
J - II	72.539,41	76.166,38	79.974,70	83.973,43	88.172,10	92.580,71	97.209,74	102.070,23
J - I	90.674,26	95.207,97	99.963,37	104.966,79	110.215,13	115.725,38	121.512,18	127.587,79

ANEXO V
FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO

PAD/REF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
A	28,822,91	30,264,04	31,777,24	33,366,10	35,034,41	36,786,13	38,625,44	40,556,71	42,584,54	44,713,77	46,948,46	49,286,93	51,761,78
B	34,299,26	36,014,21	37,814,92	39,705,67	41,690,95	43,775,50	45,964,27	48,262,49	50,675,61	53,209,39	55,868,86	58,663,35	61,596,52
C	40,816,12	42,856,92	44,999,77	47,249,76	49,612,24	52,092,86	54,697,50	57,432,37	60,303,99	63,319,19	66,485,15	69,808,41	73,299,88
D	48,571,18	50,999,74	53,549,72	56,227,21	59,038,57	61,990,50	65,090,02	68,344,52	71,761,75	75,349,84	79,117,33	83,073,20	87,226,88
E	57,799,70	60,689,69	63,724,17	66,910,38	70,255,90	73,768,69	77,457,13	81,329,98	85,396,48	89,666,31	94,149,62	98,867,10	103,769,96
F	61,139,24	64,196,21	67,406,02	70,776,32	74,315,13	78,030,89	81,932,43	86,029,06	90,330,51	94,847,03	99,589,39	104,568,06	109,787,30
G	72,755,70	76,393,49	80,213,16	84,225,82	88,435,01	92,856,76	97,499,60	102,374,58	107,493,31	112,867,97	118,511,37	124,436,94	130,658,78
H	79,364,34	83,332,56	87,499,18	91,874,14	96,467,85	101,291,24	106,355,81	111,673,60	117,257,28	123,120,14	129,276,15	135,739,95	142,626,95
I-IV	99,205,43	104,165,70	109,373,98	114,842,58	120,584,81	126,614,05	132,944,78	139,595,00	146,571,60	153,900,17	161,595,18	169,674,94	178,156,69
I-III	122,022,67	128,123,81	134,530,00	141,256,50	148,319,32	155,735,29	163,522,05	171,698,15	180,283,06	189,297,22	198,762,06	209,700,19	219,135,19
I-II	150,087,94	157,592,33	165,471,95	173,745,55	182,432,83	191,554,47	201,132,19	211,188,80	221,748,24	232,835,65	244,477,43	256,701,31	269,536,37
I-I	184,608,16	193,838,57	203,530,50	213,707,02	224,392,38	235,611,99	247,392,59	259,762,22	272,750,34	286,387,85	300,707,24	315,742,61	331,529,74

ANEXO V
FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO

[illegible]

**ANEXO VI
TABELA SALARIAL - FUNDEPAR**

NÍVEL CLASSE	01	02	03	04	05	06	07	08
I - A	163.609,66	189.000,89	201.611,02	215.038,64	225.629,95	234.327,11	245.014,28	255.965,36
I - B	116.657,98	144.105,76	160.657,78	170.916,02	179.438,40	191.321,12	200.765,03	210.311,53
I - C	92.772,19	104.854,06	116.144,17	130.037,90	137.391,78	145.459,25	164.942,16	174.235,19
II - A	81.387,37	86.270,61	91.446,85	96.933,66	102.749,68	108.914,66	115.449,54	122.376,51
II - B	65.168,61	69.078,73	73.223,45	77.616,86	82.273,87	87.210,30	92.442,92	97.989,49
II - C	51.279,72	54.356,50	57.617,89	61.074,97	64.739,47	68.623,83	72.741,26	77.105,74
III - A	44.942,19	47.688,72	50.497,04	53.526,87	56.738,48	60.142,79	63.751,36	67.576,44
III - B	42.265,48	44.801,41	47.489,49	50.338,86	53.359,19	56.560,75	59.954,39	63.551,65
III - C	35.411,48	37.536,17	39.788,34	42.175,64	44.706,18	47.388,55	50.231,86	53.245,77
III - D	27.716,69	29.379,69	31.142,47	33.011,02	34.991,68	37.091,18	39.316,65	41.675,65
	09	10	11	12	13	14	15	16
	266.947,21	278.415,37	288.345,70	297.457,28	306.493,49	314.012,15	322.952,46	330.663,03
	217.734,43	227.133,77	233.063,08	243.352,96	249.186,49	255.855,70	264.189,68	272.883,36
	179.051,33	186.056,29	193.328,42	201.593,95	209.040,77	221.718,17	234.607,98	248.698,23
	129.719,10	137.502,25	145.752,38	154.497,53	163.767,38	173.593,42	184.009,03	195.049,57
	103.868,86	110.101,00	116.707,06	123.709,48	131.132,05	133.999,97	147.339,97	156.180,37
	81.732,00	86.636,01	91.834,17	97.344,22	103.184,87	109.375,96	115.938,52	122.894,83
	71.631,02	75.928,88	80.484,62	85.313,69	90.432,52	95.853,47	101.609,98	107.706,57
	67.364,75	71.406,64	75.691,04	80.232,50	85.046,45	90.149,24	95.558,19	101.291,63
	56.440,52	59.826,95	63.416,57	67.221,56	71.254,86	75.530,15	80.061,96	84.865,67
	44.176,19	46.826,76	49.636,37	52.614,55	55.771,43	59.117,71	62.664,77	66.424,66

**ANEXO VII
FUNDAÇÃO TEATRO GUAÍRA
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
TABELA SALARIAL DA FUNDAÇÃO TEATRO GUAÍRA**

	NÍVEIS										
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN.	994,05	1.043,75	1.095,94	1.150,73	1.208,27	1.268,68	1.332,12	1.398,72	1.468,66	1.542,09	1.619,20
PF.28	994,05	1.043,75	1.095,94	1.150,73	1.208,27	1.268,68	1.332,12	1.398,72	1.468,66	1.542,09	1.619,20
PF.38	1.242,56	1.304,68	1.369,92	1.438,41	1.510,34	1.585,85	1.665,15	1.748,40	1.835,82	1.927,61	2.023,99
CLASSE											
B	31.880,49	40.426,91	42.448,25	44.570,67	46.799,20	49.139,16	51.596,12	54.175,92	56.884,72	59.728,95	62.715,40
C	35.068,53	44.469,60	46.693,03	49.027,73	51.479,12	54.053,07	56.755,73	59.593,51	62.573,19	65.701,85	68.986,94
E	38.575,39	48.916,56	51.362,39	53.930,51	56.627,03	59.458,38	62.431,30	65.552,87	68.830,51	72.272,03	75.885,64
F	42.432,93	53.808,21	56.498,62	59.323,56	62.289,73	65.404,22	68.674,43	72.108,15	75.718,56	79.499,24	83.474,20
G	46.676,22	59.189,04	62.148,49	65.255,91	68.518,71	71.944,64	75.541,87	79.318,97	83.284,92	87.449,16	91.821,62
H	51.342,84	65.107,94	68.363,34	71.781,50	75.370,53	79.139,11	83.096,06	87.250,86	91.610,41	96.194,08	101.003,78
J	56.478,22	71.618,73	75.199,67	78.959,65	82.907,64	87.053,02	91.405,67	95.975,95	100.774,75	105.813,49	111.104,16
K	62.126,05	78.780,66	82.719,64	86.055,62	91.198,40	95.758,82	100.546,23	105.573,55	110.852,22	116.394,83	122.214,58
L	68.338,65	86.658,67	92.991,60	95.541,18	100.318,24	105.334,15	110.600,86	116.130,90	121.937,45	128.034,32	134.436,08
N	75.172,52	95.324,53	100.090,76	105.095,30	110.350,06	115.867,57	121.660,94	127.743,99	134.131,19	140.837,75	147.879,84
P	82.689,77	104.356,99	110.099,84	115.604,83	121.335,07	127.454,32	133.827,04	140.518,39	147.544,31	154.921,52	162.667,60
R	90.958,74	115.342,69	121.109,82	127.165,31	133.523,58	140.199,75	147.209,74	154.570,23	162.298,74	170.413,68	178.934,36
V	118.246,37	149.945,49	157.442,76	165.314,90	173.580,65	182.259,68	194.372,66	200.941,30	210.988,36	221.537,78	232.614,67

GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA

GRAT. 1 - 7.545,95

GRAT. 2 - 6.776,32

GRAT. 3 - 6.055,88

ANEXO VII
FUNDAÇÃO TEATRO GUAÍRA
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
TABELA SALARIAL DO BALLETEATRO GUAÍRA

CARGO	NÍVEIS					
	1	2	3	4	5	6
Pianista (H.Aula)	994,05	1.043,75	1.095,94	1.150,73	1.208,27	1.263,68
Corpo Baile D	92.891,11	97.535,66	102.412,45	107.533,07	112.909,72	118.555,21
Corpo Baile C	97.535,66	102.412,45	107.533,07	112.909,72	118.555,21	124.482,97
Corpo Baile B	102.412,45	107.533,07	112.909,72	118.555,21	124.482,97	130.707,12
C. Baile A/Massag.	143.377,42	150.546,29	158.073,61	165.977,29	174.276,15	182.989,96
Solista B	156.654,17	164.486,88	172.711,23	181.346,79	190.414,13	199.934,83
Solista A	163.296,31	171.461,12	180.034,18	189.035,89	198.487,68	208.412,07
Principal B	176.567,40	185.395,77	194.665,56	204.398,84	214.618,78	225.349,72
Princ.A/Ens.Dança	196.466,55	206.289,87	216.604,37	227.434,59	238.806,32	250.746,63
Assist. de Maitre	209.747,69	220.235,07	231.246,82	242.809,16	254.949,62	267.697,10
Maitre de Ballet	223.024,71	234.175,95	245.884,75	253.178,98	271.087,93	284.642,33
Diretor de Ballet	275.368,61	289.137,04	303.593,90	318.773,59	334.712,27	351.447,88

ANEXO VII
FUNDAÇÃO TEATRO GUAÍRA
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ

CARGO	NÍVEIS					
	1	2	3	4	5	6
Músico Nível A	72.061,43	75.664,50	79.447,73	83.420,11	87.591,12	91.970,67
Músico Nível B	129.689,93	136.174,42	142.983,15	150.132,30	157.638,92	165.520,86
Músico Nível C	141.695,33	143.780,09	156.219,10	164.030,05	172.231,55	180.843,13
Músico Nível D	158.705,84	161.391,13	169.460,69	177.933,72	186.830,41	196.171,93
Músico Nível E	177.719,82	186.605,81	195.936,10	205.732,91	216.019,55	226.820,53
Spalla	207.743,43	218.130,61	229.037,14	240.488,99	252.513,44	265.139,11
Maestro Adjunto	237.763,92	249.652,12	262.134,72	275.241,46	289.003,53	303.453,71
Maestro Titular	242.118,69	254.224,63	266.935,86	280.282,65	294.296,79	309.011,62
FUNÇÃO GRATIFICADA						
F-1	12.008,69					
F-2	6.002,46					
F-3	3.000,52					

ANEXO VIII
TABELA SALARIAL - IAPAR

SALÁRIO	SALÁRIO	SALÁRIO	SALÁRIO
29.829,67	63.635,75	135.001,99	202.872,16
30.274,40	64.561,19	137.035,97	205.937,21
30.725,66	65.538,94	139.105,94	209.052,61
31.193,29	66.523,24	141.231,48	212.204,65
31.654,37	67.517,33	143.347,22	215.377,29
32.138,35	68.537,61	145.518,55	218.648,34
32.612,51	69.554,60	147.716,05	221.910,24
33.106,28	70.607,76	149.946,25	225.252,27
33.596,79	71.667,06	152.218,94	228.681,27
34.093,86	72.752,74	154.537,43	232.085,10
34.617,06	73.838,40	156.869,01	235.571,34
35.137,01	74.943,70	159.220,19	239.135,39
35.663,49	76.052,23	161.626,97	242.722,34
36.196,51	77.137,91	164.072,98	246.380,26
36.732,80	78.236,66	166.551,70	250.090,81
37.292,00	79.368,10	169.059,85	253.881,49
37.851,17	80.502,83	171.630,14	257.667,59
38.410,35	81.627,74	174.210,23	261.547,53
39.002,23	82.749,36	176.852,45	265.519,05
39.577,78	83.936,42	179.514,30	269.476,82
40.169,66	85.208,46	182.228,48	273.537,62
40.771,36	86.498,61	184.978,61	277.651,05
41.382,85	87.804,92	131.458,20	281.830,86
42.010,71	89.192,55	133.426,79	286.111,39
42.641,85	90.476,58	135.457,18	289.760,15
43.279,50	91.840,18	137.476,12	293.431,80
43.930,26	93.233,24	139.561,45	297.167,53
44.597,34	94.639,37	141.683,40	300.951,34
45.264,45	96.071,68	143.805,37	304.790,10
45.934,81	97.441,84	145.968,53	308.603,66
46.621,52	98.785,84	148.191,20	311.831,22
47.321,31	100.136,38	150.432,19	315.111,44
48.037,48	101.526,16	152.682,33	318.432,87
48.760,35	102.971,54	154.982,83	321.816,09
49.482,84	104.534,64	157.340,55	324.551,52
50.221,88	106.127,18	159.689,13	326.991,65
50.977,27	107.732,78	162.129,26	329.468,40
51.739,20	109.367,82	164.541,92	331.984,08
52.517,47	111.025,74	167.046,16	334.534,09
53.302,30	112.703,31	169.538,94	337.123,01
54.113,29	114.416,82	172.095,80	339.753,13
54.914,46	116.153,24	174.689,31	342.913,02
55.748,33	117.915,81	177.326,30	
56.575,66	119.701,26	180.020,52	
57.429,15	121.512,90	182.735,34	
58.289,17	123.344,13	185.491,37	
59.172,10	125.224,43	186.261,12	
60.051,75	127.121,07	191.092,69	
60.951,02	129.047,15	193.997,50	
61.053,57	131.002,66	196.895,44	
62.789,75	132.904,34	199.873,50	